

Sarney: "este é um assunto que não se esgota fácil"

O senador José Sarney considerou "uma decisão equivocada" a votação do plenário que inviabilizou a constituição da CPI dos Bancos, e manifestou a apreensão de que ela prejudique a imagem do Senado.

- Eu acredito que era extremamente necessário que essa CPI fosse constituída, uma vez que o país inteiro pediu o esclarecimento desse problema tão grave, ocorrido no sistema financeiro nacional - afirmou.

Sarney confirmou que cabe recurso do resultado, e disse que "essa é uma decisão a ser tomada pelos partidos políticos, que são as pessoas jurídicas que podem fazê-lo". Quanto à constituição de uma CPI Mista, de deputados e senadores, reafirmou sua posição favorável à apuração dos fatos, e fez uma previsão: "Este é um assunto tão grave que não se esgotará facilmente. Vai sem dúvida continuar no debate político nacional."

O senador esclareceu que não vai subscrever o requerimento a favor da CPI Mista, porque, como presidente do Congresso Nacional, não pode assinar documento dirigido a ele mesmo.

- Simplesmente por esse fato não assinarei, mas aprovo o pedido, e o país é testemunha de que defendi essa CPI, por motivos que julgo sejam de interesse nacional, e era bom para o governo que isso ficasse esclarecido - disse.



Antes da votação, o plenário do Senado viveu uma tarde movimentada pelo debate da CPI

Senado aprova recurso e arquiva CPI dos Bancos

Governistas vencem na CCJ e no plenário, mas opositoristas anunciam intenção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal

Por 48 votos favoráveis, 24 contrários e 3 abstenções, o plenário do Senado Federal aprovou ontem o recurso apresentado pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES) e outros líderes governistas contra a continuidade dos trabalhos da CPI dos Bancos, que chegou a fazer a sua primeira reunião no início da tarde. Encaminhado pelo presidente do Senado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o recurso obteve parecer favorável. Os senadores da oposição anteciparam que recorrerão ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão.

Os parlamentares favoráveis à manutenção da CPI, antes da votação, tentaram argumentar que, do requerimento à instalação da CPI, o processo representou um "ato jurídico perfeito". Como tal, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), "o recurso já está defasado". O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contestou dizendo que, quando o presiden-

te do Senado decidiu pelo envio do recurso do governo à CCJ, a CPI poderia ter-se instalado naquele mesmo dia. O que não impediria a análise e o parecer da comissão, acrescentou.

Conforme o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), relator do parecer da CCJ, o requerimento que criou a CPI tem um vício de origem. O relator contestou a posição do presidente do Senado, que, segundo ele, deveria ter agido como um juiz e rejeitado o requerimento assinado por 29 senadores.

Conforme esclareceu o senador José Sarney (PMDB-MA), o parecer deveria regimentalmente ser submetido à deliberação. Como presidente do Senado, ele "não poderia usurpar uma decisão que cabe ao plenário".

Para o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que seria o relator da CPI, a sua criação "independe de ato formal de qualquer órgão" e, por-

tanto, ela seria "um fato consumado".

O autor do requerimento que resultou na criação da CPI, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), reforçou a tese do "ato jurídico perfeito" e afirmou: "Ao invés de enterrar a CPI legal, que se indefira o recurso ilegal que teve aprovação da CCJ".

■ Leia mais sobre a CPI nas páginas 3 e 4

Senadores debatem o racismo

O Senado dedicou a primeira parte da sessão de ontem à comemoração do Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial. Página 2

Senadores condenam discriminação racial

Primeira parte da sessão de ontem foi dedicada à comemoração do Dia Internacional do Combate à Discriminação Racial, atendendo requerimento da senadora Benedita da Silva

Paraíba é autorizada a assumir dívida

Os senadores aprovaram ontem autorização para o governo paraibano assumir uma dívida de R\$ 2,51 milhões contratada pelo Banco do Estado da Paraíba (Paraiban) junto ao BNDES e à Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame). O pedido foi encaminhado ao Senado por ofício do Banco Central. O governo estadual também assumirá outra dívida contraída pelo Paraiban - R\$ 298 mil - em prestações pela Embratur.

Projeto de resolução aprovado pelo Senado autorizou o município de Osasco (SP) a emitir Letras Financeiras do município, destinadas a obter dinheiro para pagar parcelas de precatórios judiciais.

Campos e Pinheiro pedem recurso para usina em MT

Recursos para a continuidade das obras da usina de Manso, em Mato Grosso, foram pedidos pelos senadores Júlio Campos (PFL-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) que, acompanhados por outros parlamentares do estado, estiveram com o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente.

Segundo informou Júlio Campos, o ministro respondeu favoravelmente ao pleito e garantiu a inclusão dos recursos no orçamento que será apresentado em setembro. O montante necessário para a conclusão da usina, por parte do governo federal, é de R\$ 65 milhões em 1977 e de R\$ 35 milhões em 1988.

"Essa obra, vital para o desenvolvimento de Mato Grosso, evitará um colapso total de energia no estado em 1999", afirmou Júlio Campos.

O Senado dedicou a primeira parte da sessão de ontem à comemoração do Dia Internacional do Combate à Discriminação Racial, atendendo requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e outros senadores. A data foi instituída pela ONU em sinal de protesto e como marco do assasinato de 79 pessoas negras em 1960, na África do Sul.

Benedita da Silva disse que é preciso acabar com o preconceito e o racismo que ainda existem no Brasil, assinalando que "o negro está acorrentado, sofrendo violência por ser negro", enquanto o "branco está acorrentado porque não consegue se livrar do seu racismo". A senadora condenou a forma como o negro é vinculado, especialmen-



Benedita da Silva

Alcir Sergio Marques, da cidade de Pancas (ES), que se suicidou dia 1º de março, após sair da cadeia. O rapaz fora preso e torturado por ordem de um fazendeiro branco que não aceitou o namoro entre Alcir e uma de suas filhas.

"Combate ao preconceito não deve ser exclusividade dos negros"

Por sua vez, o senador Laurício Campos (PT-DF) considerou um equívoco acreditar que o combate ao preconceito racial deve ser exclusividade da comunidade negra.

Segundo o senador, a luta contra o preconceito racial é a luta pela cidadania e deve ser empreendida pelo conjunto das instituições que desejam a construção de uma sociedade mais justa e humana.

A senadora Marina Silva (PT-AC) condenou não só a discriminação ao negro, como também ao índio, que na sua opinião terá um "ano crucial" em 1996, em razão do decreto que instituiu o princípio do contraditório na questão da demarcação das terras indígenas. Ela alertou que os índios

te pela mídia, à miséria e à marginalidade, e defendeu mecanismos para que a exclusão não aconteça.

- É urgente diminuir a distância entre um povo e outro e a cor da pele. Precisamos criar a raça brasileira, na qual as diferenças não vão fazer diferenças, mas um símbolo de igualdade entre os brasileiros. Queremos parceria, uma convivência harmoniosa - disse Benedita da Silva.

Benedita da Silva prestou uma homenagem ao jovem negro

estão sendo confinados em pequenas áreas e sua cultura está sendo extinguida.

Em apertês, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emília Fernandes (PTB-RS) associaram-se às homenagens ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.



Odacir Soares

Odacir destaca sugestões de assistentes sociais

A assistência social precisa romper o caráter de beneficência e ser objeto de uma política pública. A recomendação, feita durante a I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada recentemente, foi destacada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), ao levar ao conhecimento do Senado a moção dos participantes do evento.

No documento, eles criticam "a utilização e o repasse dos escassos recursos da área de assistência social, por meio de apadrinhamento político, para favorecer uma minoria, enquanto a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) preconiza que esses recursos sejam democraticamente utilizados segundo um Plano de Assistência Social". Odacir acredita que os dirigentes dos órgãos citados na moção possam adotar medidas suscetíveis de corrigir as falhas apontadas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

9h - Preside sessão não deliberativa do Senado.

10h30 - Recebe a governadora do Distrito Federal, em exercício, Arlete Sampaio.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Presidente é criticado durante debates sobre CPI

Senadores da oposição lembram que CPI poderia dar uma contribuição à reforma do sistema financeiro, enquanto governistas cobram observância à Constituição e ao Regimento

CPI chegou a ser instalada

A CPI do Sistema Financeiro chegou a ser instalada no início da tarde de ontem, antes da decisão do plenário que a extinguiu. Com a presença de sete membros titulares e quatro suplentes, elegeu presidente e vice-presidente os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Ao assumir a presidência da comissão, Amin determinou a suspensão dos trabalhos, anunciando que a reunião prosseguiria ao final da tarde.

Para Elcio, país seria prejudicado

As reformas constitucionais e a credibilidade do Brasil no exterior seriam diretamente prejudicadas com uma CPI do sistema financeiro, argumentou o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), ao encaminhar sua posição.

Ele observou que a fiscalização dos bancos é iniciativa do próprio governo e que foi a ação do Banco Central que "permitiu a visão de um sistema que precisa de mudanças".

Solidariedade dos estudantes

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem dos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Orlando Silva Júnior, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Kerrinson Lopes, manifesto assinado por representantes de entidades estudantis de todo o país, solidarizando-se com a criação da CPI destinada a investigar os bancos. O documento é dirigido ao Congresso Nacional.



Na reunião, Suplicy foi eleito vice e Amin presidente da CPI

Líderes governistas cobram o cumprimento de formalidades

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) concordou que "a Constituição assegura, indiscutivelmente, a criação de uma CPI mediante 1/3 de assinaturas". No entanto, salientou, essa garantia não dispensa a minoria de cumprir as formalidades previstas na Carta.

Esta foi também a posição do líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA). "Se a minoria quer mesmo essa CPI, é fácil corrigir o que está escrito", salientou.

Já para a líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), a argumentação dos parlamentares governistas foi "política".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) levou cópia dos Anais do Congresso em que o relator, senador José Ignácio

Ferreira (PSDB-ES), considerava, em 1988, por ocasião da criação da CPI da Corrupção, que nada impede que uma CPI determine outros fatos no decorrer dos trabalhos.

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), o presidente Fernando Henrique Cardoso "não entendeu que as reformas do Estado exigem mudanças no sistema financeiro" e que a CPI dos Bancos poderia dar uma contribuição importante nesse sentido.

Na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), nas votações de interesse do governo o que prevalece no Congresso é o "rolo compressor".

A senadora Marina Silva (PT-AC) também registrou seu protesto contra "a arrogância da maioria".

O presidente Fernando Henrique Cardoso foi duramente criticado ontem, no plenário, por não querer a instalação da CPI que investigaria o sistema financeiro. Além do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu que o presidente lembrasse suas origens, o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) afirmou que sua admiração pessoal pelo presidente não o impedia de criticar sua posição sectária em favor do neoliberalismo. "Vou me opor a Fernando Henrique, mas entendo que a CPI é o instrumento que contamos para desvendar fatos não esclarecidos, e não é honroso para nós, que tomamos posições tão importantes, agora nos omitirmos", disse.

Lembrando que nesta sexta-feira Clarimundo Sant'Anna, acusado de envolvimento nas fraudes do Banco Nacional, estará depondo na Justiça, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou se o ex-diretor daquela instituição financeira contará ao Judiciário todas as irregularidades praticadas. Na opinião do senador, Sant'Anna só o faria em uma CPI.

Para Suplicy, a CPI é que teria condições de fazer um diagnóstico em profundidade do sistema financeiro, e poderia também significar uma contribuição extraordinária para a reforma desse sistema.

Em defesa do governo, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, afirmou enfaticamente que não existia fato determinado capaz de justificar a instalação da CPI, até porque o requerimento que originou sua criação não identifica que instituições devem ser investigadas.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), recomendou o voto favorável à instalação da CPI, explicando que, dessa forma, não acompanharia os líderes da base parlamentar do governo, como em outras ocasiões.

Jáder e Miranda repelem noticiário

Uma intervenção do senador Ademir Andrade (PSB-PA) provocou veementes protestos dos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Gilberto Miranda (PMDB-AM). Ademir citou noticiário da imprensa especulando sobre um possível abrandamento da fiscalização da Receita Federal sobre as empresas e as pessoas físicas

dos dois senadores.

Segundo Jáder, em nenhum momento dos seus encontros com Fernando Henrique Cardoso "tal absurdo sequer foi insinuado".

Em sua contestação, o senador Gilberto Miranda garantiu que "o governo tenta intimidar quem é contra o Sivam e favorável à CPI".

Batalha da CPI começou de manhã na CCJ

Leitura do parecer gerou acirrado debate e pedido de vistas coletivo. Contrários e favoráveis à CPI não se entendiam sobre o exercício do direito das minorias de investigar o governo

A aprovação do parecer do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) em plenário foi o capítulo final de uma "batalha parlamentar" que começou pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a CCJ acabou aprovando o parecer no início da tarde, por 13 votos contra 9.

O relator sustentou a existência de inconstitucionalidade e injuridicidade no requerimento de criação da CPI, que teria deixado, segundo José Ignácio, de especificar o fato determinado para formação da comissão e o limite de despesas a serem realizadas.

A leitura do parecer suscitou acirrado debate, que resultou no pedido coletivo de vistas da matéria, atendido pelo presidente da CCJ com a fixação do prazo de 60 minutos para a apresentação de votos em separado, em razão

do prazo de 48 horas de que dispunha a comissão para apresentação do parecer ao plenário do Senado.

A reunião foi interrompida às 10h45, para reiniciar-se ao meio-dia, com a leitura do voto em separado do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), argumentando que, pelo passado

e currículo do presidente Fernando Henrique Cardoso, este deveria ser o principal interessado no esclarecimento dos fatos. Jáder apontou o que considerou contradições entre a opinião do senador José Ignácio, como membro e presidente da CPI da Corrupção, em 1988, e como relator, hoje, da CCJ no exame de questão ligada à for-

mação da CPI dos Bancos.

Apresentando também voto em separado, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de criação dessa comissão parlamentar de inquérito, defendeu a formação de CPI como direito garantido à minoria parla-

mentar por dispositivo constitucional.

No reinício da reunião, o líder do governo apresentou à presidência da Comissão requerimento assinado por 13 senadores, posteriormente aprovado, pedindo o fim da discussão da matéria. Citando dispositivo regimental, o presidente anunciou que seriam

ouvidos três pronunciamentos contra a proposição e três a favor; a favor, manifestaram-se os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Romeu Tuma (PSL-SP) e Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR). Contrário ao parecer do relator falaram os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares e Júnia Marise (PDT-MG).

Durante a discussão e encaminhamento da votação, manifestaram-se também a favor da continuidade da CPI, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Pedro Simon (PMDB-RS), José Roberto Requião (PMDB-PR), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) posicionou-se contra. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), em declaração de voto contrário ao do relator, afirmou que o texto de sua autoria tinha sido utilizado de forma equivocada no parecer do senador José Ignácio.

Líder do PMDB diz que, por seu passado, FHC deveria ser o primeiro a apoiar CPI

CAE debate situação do Banespa

O governador de São Paulo, Mário Covas, defendeu ontem a validade dos ativos oferecidos à União como contrapartida na renegociação das dívidas do Banespa. Ele garantiu que a Fepasa, a empresa ferroviária estadual, tem R\$ 10 bilhões em patrimônio, e que as usinas hidrelétricas inacabadas e os três aeroportos internacionais de São Paulo, nos quais o estado teria "direitos" líquidos e certos a serem ressarcidos pela assunção



Covas (E) depõe ao lado de Gilberto Miranda e Pedro Piva

das instalações pela União, complementam o pagamento.

Mário Covas esteve no Senado para debater com os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a proposta enviada ao Banco Central para resol-

ver o problema do Banespa, e que depende de aval desta Casa para ser implementada. Apresentado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da comissão, o governador argumentou que os atuais problemas do

Banespa remontam a 1992, quando foi feita uma renegociação de sua dívida, juntamente com a incorporação à dívida do tesouro paulista dos débitos de cinco empresas públicas daquele Estado.

Após a exposição, diversos senadores questionaram o governador em busca de mais detalhes e esclarecimentos. De Jefferson Peres (PSDB-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB), entre outros, Covas pôde ouvir restrições das bancadas do Norte e Nordeste ao acordo, sob o argumento de que São Paulo reivindica privilégios que não são concedidos a outros estados.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal